



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

SAMUEL AZEVEDO DOS SANTOS

**AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO
RACIAL SOB A LUZ DO PAN-AFRICANISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

SAMUEL AZEVEDO DOS SANTOS

**AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO
RACIAL SOB A LUZ DO PAN-AFRICANISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II - Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S237a

Santos, Samuel Azevedo dos.

Ações do Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial sob a luz do pan-africanismo na administração pública de São Francisco do Conde - BA / Samuel Azevedo dos Santos. - 2018.

55 f. : il., color.

Monografia (graduação) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença.

1. Igualdade racial - São Francisco do Conde (BA). 2. Pan-africanismo. 3. Programas de ação afirmativa - São Francisco do Conde (BA). 4. São Francisco do Conde (BA) - Política e governo. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 351.8142

SAMUEL AZEVEDO DOS SANTOS

**AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO
RACIAL SOB A LUZ DO PAN-AFRICANISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II - Gestão Pública.

Data de aprovação: 23/11/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Joilma Menezes Sales da Cruz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab

Prof.^a M.^a Jaciara de Santana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que direta e ou indiretamente contribuíram para o nosso desempenho, deixando um exemplo de bravura e coragem quando defenderam ideias revolucionarias de grande nobreza, além de ideais pautado na Justiça, na Equidade, na Liberdade, na Igualdade de Oportunidades, na convicção de humanidade e, mesmo diante das adversidades não se curvaram ao sentimento inebriante e legitimo de vingança e barbárie.

RESUMO

Este trabalho estuda as contribuições que o pan-africanismo oferece à realidade brasileira, particularmente no que diz respeito à adoção de políticas públicas de ação afirmativa; para isso, tem o objetivo de avaliar as ações do DEPIR de São Francisco do Conde-BA, órgão da administração pública municipal subordinado ao Governo do Estado e à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República com status de Ministério. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação. Kamambaya (2014), Elikia Mbokolo (2007), Ki-zerbo (2009), e Elungu (1984) são autores utilizados para as contribuições do pan-africanismo e Ribeiro (2014) foi a referência para o estudo das ações afirmativas; Bresser Pereira (2006) contextualiza a administração pública a partir da inclusão de direitos sociais e garantias previstas na constituição cidadã de 1988. Resultados indicam que a administração pública brasileira avançou com a adoção de princípios de inclusão étnica.

Palavras-chave: Igualdade racial - São Francisco do Conde (BA). Pan-africanismo. Programas de ação afirmativa - São Francisco do Conde (BA). São Francisco do Conde (BA) - Política e governo.

RÉSUMÉ

Cet ouvrage étudie les contributions du panafricanisme à la réalité brésilienne, notamment en ce qui concerne l'adoption de politiques publiques d'action positive; à cette fin, a pour objectif d'évaluer les actions de DEPIR de São Francisco do Conde-BA, un organisme municipal d'administration publique subordonné au gouvernement de l'État et au secrétariat spécial chargé de la promotion de l'égalité raciale de la Présidence de la République, dotée du statut de ministère. La méthodologie utilisée a été la recherche bibliographique, la recherche documentaire et l'observation. Kamambaya (2014), Elikia Mbokolo (2007), Ki-zerbo (2009), e Elungu (1984), sont les auteurs utilisés pour les contributions du panafricanisme; et Ribeiro (2014) sera la référence pour l'étude des actions positives. Bresser Pereira (2006) contextualise l'administration publique sur la base de l'inclusion des droits et garanties sociaux prévus dans la constitution de 1988. Les résultats indiquent que l'administration publique brésilienne a progressé avec l'adoption des principes d'inclusion ethnique.

Mots-clés: Égalité raciale - São Francisco do Conde (BA). Panafricanisme. Programmes d'action positive - São Francisco do Conde (BA). São Francisco do Conde (BA) - Politique et gouvernement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ADOC	Análise Documental
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEPIR	Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial de São Francisco do Conde – Bahia
EAD	Ensino a Distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MASP	Método de Análise e Solução de Problema
MP	Medida Provisória
ONU	Organizações das Nações Unidas
PIR	Promoção da Igualdade Racial
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PMSFC	Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde
PNADS	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PPA	Plano Plurianual
PLANAPIR	Plano Nacional de Políticas de Igualdade Racial
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos
SEDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/PMSFC
SEAD	Secretaria Municipal de Administração/PMSFC
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento/PMSFC
SEGOV	Secretaria Municipal de Governo/PMSFC
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
SRH/MPOG	Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotos 01, 02 – pag. 27, 28 – Audiência pública para discutir a intolerância religiosa através da Lei Federal nº 11.635/2007, que institui o 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa.

Dia 21 de Janeiro de 2016. Caminhada do Povo de Santo contra a Intolerância Religiosa. São Francisco do Conde.

Fotos 03, 04 - pag. 28, 29 – Celebração a Yemanjá dia 02 de fevereiro de 2016 – Festa em Homenagem a Rainha do Mar – São Francisco do Conde – Bahia – Brasil.

Entrega do Presente a Rainha do Mar, tradicional manifestação cultural do Município de São Francisco do Conde.

Fotos 05, 06 – pag. 29, 30 - Festa Yemanjá (Xirê) festa no Barracão Centro da Cidade de São Francisco do Conde – Bahia – Brasil.

Dia 22 de março – celebração ao Dia da Água e Limpeza da Pedra Santa, tradicional espaço sagrado da comunidade franciscana.

Fotos 07, 08 – pag. 30, 31 – Entrega do troféu as personalidades culturais do município de São Francisco do Conde.

Limpeza e replantio das plantas sagradas no entorno da Pedra Santa – São Bento das Lages.

Fotos 09, 10 – pag. 31, 32 – O DEPIR é coo-responsável pela proposição da Lei Municipal 361/2014 que estabelece o Dia 13 de Maio como Dia Municipal das Religiões de Matriz Africana.

Ebomy Nice, Mameto Alva Célia e Samuel Azevedo – Diretor do Depir

Quadros descritivos – Elaboração própria

Quadro 01 – pag. 40 – Problemas detectados e respectivos setores

Quadro 02 – pag. 40 – Espinha de Peixe – problemas e soluções apontadas

Quadro 03 – pag. 42 – Análise de dados dos problemas e dificuldades segundo a técnica da matriz GUT

Quadro 04 – pag. 43 – Plano de ação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3 BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE O PAN-AFRICANISMO	18
3.1 A CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL	19
3.2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA SEPPIR.....	22
4 O DEPIR DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	25
4.1 ORIGEM E MARCO LEGAL	25
4.2 MISSÃO E IMPORTÂNCIA	26
4.3 AS AÇÕES DO DEPIR.....	26
5 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS	33
5.1 ANÁLISE DE RELATÓRIO	34
5.3 APLICAÇÃO DO MASP PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS NO DEPIR.....	39
5.4 PLANO DE AÇÃO	43
6 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXO	49

1 INTRODUÇÃO

Os estudos da Administração Pública têm se revelado um grande aliado na sistematização e consolidação dos direitos sociais e civis no Brasil. Teóricos como Bresser Pereira na sua obra *O Bem-Estar Social* (1992) afirma que o Estado como uma organização burocrática tem o poder particular para definir leis e tributar os habitantes de um território sendo dirigido por um governo e dotado de um corpo burocrático e de uma força pública. Ele nos aponta um caminho de excelência, uma rota alternativa, uma característica importante no trato da administração pública; à proporção que a aplicação dos recursos públicos são direcionados correta e responsabilmente às classes mais pobres da população, geram automaticamente uma linha positiva auto sustentável ainda que ténue dos indicativos das profundas desigualdades sociais produzidas ao longo de um período dramático da história do Brasil Colônia para as populações negras e indígenas.

Este trabalho não pretende esgotar os esforços nessa área de conhecimento, visa tão somente contribuir com o debate e encontrar alternativas para análise dos graves problemas sociais que afetam o desempenho do país em todos os domínios, e está centrado em reafirmar a conexão e as correlações das lutas políticas por direitos individuais, sociais e políticos, liberdade de expressão, de ação, estabilidade emocional e econômica para as comunidades negras; neste sentido vamos evidenciar os movimentos pan-africanistas através dos congressos como o grande difusor das ideias revolucionárias de negritude e igualdade racial. Avaliar as políticas públicas e o funcionamento do órgão municipal de reparação racial, utilizando-se deste arranjo político para adentrar na gestão pública para dimensionar o modelo de administração desse organismo, além de propor alternativas para fortalecer e reorganizar o Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial - DEPIR de São Francisco do Conde, através de análise dos relatórios auxiliando-o na formação técnica e política, na atuação administrativa da gestão municipal, na sistematização e aplicação das Políticas Públicas que envolvem as ações afirmativas previstas em lei que são os Programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

O tema proposto e sua relevância estratégica estão diretamente ligados ao processo de emancipação política, social e econômica do povo negro brasileiro.

Ações do Depir sob a Luz do Pan-africanismo na Administração Pública de São Francisco do Conde-BA é uma abordagem histórica, contextualizada e técnica que visa avaliar

as políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial, e busca alternativas para equacionar as grandes diferenças sociais e econômicas que ainda separam a população afro-brasileira do acesso a riquezas, ao desenvolvimento e ao reconhecimento político no Brasil.

Os dilemas colocados em voga na atualidade pelo processo de globalização e pelo esgotamento dos modelos macroeconômicos de gestão nesse país incidem diretamente na realidade social dos pobres e negros e trazem para o centro do debate público o desenvolvimento humano, social e econômico. A reflexão sobre o papel do Estado no campo social e seu redesenho institucional e gerencial para uma performance efetiva na redução de desigualdades econômicas e sociais nos impõem grandes desafios. A nossa iniciativa visa tão somente provocar uma análise para alteração no *status quo* social de novos pesquisadores e intelectuais negros oriundos das periferias, agora capacitados pelo acesso ao Ensino Superior de qualidade a atuarem como protagonistas deste novo e importante momento da reorganização social brasileira.

Esse cenário vem colocando novos e maiores desafios não apenas para a organização e eficiência da gestão pública em geral, mas também o cuidado à equiparação em particular; principalmente para que as tarefas públicas no campo social logrem modificar as situações de extrema desigualdades cada vez mais evidentes e insuportáveis.

Nesta perspectiva o nosso objetivo se direciona em avaliar as Políticas Públicas e do funcionamento do Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial de São Francisco do Conde, cujos objetivos específicos são:

- a) Conhecer o sistema das políticas de Igualdade Racial desenvolvidas no DEPIR;
- b) avaliar as políticas de Igualdade Étnico Racial e sua relação com o princípio da equidade na administração pública;
- c) sugerir ações complementares de igualdade étnico raciais;

A fundamentação teórica para este projeto contou com a contribuição dos autores africanos Ki Zerbo (2009) e Moíses Kamabaya (2014), que nos fornece elementos teóricos discursivos para referenciar o Pan-africanismo e sua importância na organização política dos negros no começo do século XIX.

No campo da teoria administrativa o professor, teórico e economista Bresser Pereira alimenta a administração pública de conceitos imprescindíveis a uma boa gestão e inclusão social a partir da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, ele ainda critica o excesso de burocracia afirmando que “na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, auto referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos” (PEREIRA, 1996).

A professora Doutora Matilde Ribeiro (2014), abrilhanta o presente estudo teorizando as relações raciais no Brasil, apontando tais anomalias como elemento prioritário nas desigualdades sociais.

O pesquisador e teórico A. Carlos Gil (2002) formata a pesquisa e atribui consistência técnica e aplicação metodológica ao projeto.

A nossa metodologia exploratória nos deu base para discorrer sobre o conteúdo ainda inexplorado do ponto de vista documental, avaliando o relatório da conferência que conferiu ao projeto a possibilidade da avaliação e finalização do seu resultado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentamos a partir deste ponto os princípios teóricos que norteou este trabalho.

2.1 HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para o referencial teórico utilizamos várias referências, neste sentido centramos esforços em conhecer, analisar e contextualizar a história da administração pública, suas referências, e correlacionar com o conceito pan-africano de organização e política inclusiva para a população negra.

O historiador africano Moíses Kamabaya (2014, p.145), em sua obra *O Renascimento da Personalidade Africana*, refere que as ideias bem elaboradas do pan-africanismo começaram no novo mundo (América), posteriormente disseminada no continente africano. No Brasil estas referências auxiliam o movimento negro a ter as noções de organizações e apropriação de termos comuns a um levante que assegura o ideal de liberdade e associação. A sua contribuição para este projeto se deve em função da sistematização da organização negra.

Mbokolo (2007), Ki-zerbo (2009) e Elungu (1984) têm ideias bem definidas sobre organização e luta coletiva; eles forneceram as bases de sustentação política para liberdade e libertação conceitual dos negros na diáspora. Para os afro-brasileiros, o debate da questão racial permitiu aprofundar a discussão em torno dos direitos civis, deveres, obrigações e conquistas do povo negro. Como um conceito político mais amplo, o Pan-africanismo liga - se às experiências coletivas dos descendentes africanos no Novo Mundo.

A África assumiu uma grande importância para população negra diaspórica que viviam nas metrópoles exploradoras e os termos africano e negro eram pela primeira vez, motivo de orgulho para os primeiros negros nacionalistas, uma vez que seu emprego era frequentemente utilizado pelos racistas como uma descrição pejorativa. Este fato por si só já oferece uma nova perspectiva de ampliação da luta política por igualdades de direitos e oportunidades a partir da equidade.

A professora Doutora Matilde Ribeiro em seu trabalho *Políticas de Promoção da Igualdade Racial (1986 – 2010)*, nos traz uma contribuição política memorável baseado nas fazes organizativas da população negra no território brasileiro; a partir dos movimentos sociais, ela afirma:

A situação dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, a partir do seu posicionamento durante e depois da ditadura militar – colocando-se de costa

para o Estado -, define muito do que eles foram e têm sido na sociedade brasileira, em relação aos esquemas repressivos e, em particular à imposição da falsa democracia racial.

Assim, a construção da democracia pressupõe não apenas a contestação da ditadura e da não inclusão histórica dos sectores considerados subalternos, mas também abarca a luta histórica por liberdade, visibilidade e direitos, tendo os movimentos sociais como mediadores na esfera pública (RIBEIRO, 2014, p. 120).

De acordo a citação acima, a conexão entre a luta racial e administração pública encontra seus contornos nas formulações das políticas e na pressão por parte do movimento negro em assegurar políticas públicas e ações afirmativas conforme relata Ribeiro 2014,

Embora demandada historicamente, as políticas com presunção de enfrentamento da realidade de discriminação racial e étnica são desenvolvidas pelo poder executivo apenas partir dos anos 1980.

É fundamental o registro de que a orientação para a realização das políticas públicas de igualdade racial, mesmo com esses grandes hiatos históricos, tem se dado mediante a contínua expressão de luta e organização do Movimento Negro e organização das mulheres negras denunciando o racismo e o machismo, propondo políticas de igualdade racial e pressionando o Estado, na perspectiva de garantia de direitos e justiça social, a partir das necessidades da população negra (RIBEIRO, 2014, p, 208).

O professor Bresser Pereira, nos dá um panorama da evolução da Administração Pública; através do desta ciência, nos revela também que podemos obter resultados de equidade e igualdade a partir da aplicação dos recursos públicos e da desburocratização da máquina, trazendo para a população uma relação mais cidadã e menos burocrática como ele afirma (BRESEER PEREIRA, 1996, p.5):

A administração pública burocrática clássica foi adotada porque era uma alternativa muito superior à administração patrimonialista do Estado. Entretanto o pressuposto de eficiência em que se baseava não se revelou real. No momento em que o pequeno Estado liberal do século XIX deu definitivamente lugar ao grande Estado social e econômico do século XX, verificou-se que não garantia nem rapidez, nem boa qualidade nem custo baixo para os serviços prestados ao público. Na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, auto referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos.

2.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE METODOLOGIAS ADOTADAS

No que diz respeito aos princípios teóricos relativos a metodologia adotada, Jorge Luiz Bernardes Rodrigues em seu artigo “MASP como impulsionador da Competividade”, afirma que;

O MASP é um caminho ordenado, composto de passos pré-definidos para identificar o problema, buscar as características que prejudicam a solução, testar

as hipóteses para encontrar qual é a causa fundamental, bloquear através de um plano de ação efetivo, verificar efetivamente o bloqueio das causas fundamentais, padronizar a operação e concluir o trabalho do MASP, assim conseguindo o melhor resultado através da qualidade, produtos, processos ou serviços buscando sempre a Melhoria Contínua.

http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1731 (Acesso em 17 nov. 2018).

O Diagrama de Ishikawa ou Diagrama de Causa e Efeito, também utilizado neste projeto, foi Desenvolvida por Kaoru Ishikawa, é a ferramenta conhecida por diagrama espinha de peixe, constituindo uma técnica eficaz e simples no apontamento de possíveis causas que resultam em problemas nos processos (MARIANI, 2005).

Já Antonio Carlos Gil (2002), nos oferece uma abordagem técnica de como utilizar os mecanismos da pesquisa. Ele sentencia que a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

3 BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE O PAN-AFRICANISMO

As bases políticas para o enfrentamento ao racismo e a reformulação conceitual para resistência do movimento negro brasileiro visando a inclusão da população negra na sociedade brasileira são tão antigas quanto a discriminação e repressões impetradas contra esta população. Nos anos de 1970 os movimentos sociais se colocaram de costas para o Estado, buscando reforçar a conquista de autonomia e ampliação da intervenção política.

A compreensão de que a luta antirracismo deve ser liderada pelos negros e negociada com aliados, envolvendo amplos setores políticos nacionais e internacionais a partir de experiências exitosas, a exemplo do pan-africanismo, revelou a necessidade de organização pública e criação de organismos a exemplo da Seppir ampliando os tentáculos da organização negra no Brasil nos diversos seguimentos.

Nesse sentido este relato tem a função de contextualizar o tema e criar um *link* das ações que antecederam a luta pela igualdade racial no Brasil, sua concepção e trajetória tendo como referência especial o Pan-africanismo, movimento social político iniciado no final do século XIX como demonstra o historiador africano Moises Kamabaya, (2014, p. 145).

Segundo Kamabaya (2014, p.145), as ideias bem elaboradas do pan-africanismo começaram no novo mundo (América), posteriormente disseminada no continente africano. Esta perspectiva não só encontra fundamento na visão de Kamabaya como também na visão do filósofo africano V.Y. Mudimbe (2013) assim como outros historiadores africanos os quais partilham da mesma compreensão, desde Elikia Mbokolo (2007), Ki-zerbo (2009), e Elungu (1984), todos corroboram com a mesma cosmovisão.

Para os afro-brasileiros esta discussão esmerilhou uma importante ferramenta de luta política, o debate da questão racial permitiu aprofundar a discussão em torno dos direitos civis, deveres, obrigações e conquistas do povo negro. O Pan-africanismo foi idealizado por negros norte-americanos e negros antilhanos, de forma mais sistemática a partir de 1900, com o objetivo de expressar seu apoio às comunidades africanas que estavam sendo vítimas da invasão colonialista e da violência sistêmica. Os ideais Pan-africanistas surgiram no final do século XIX como resposta à colonização europeia e a exploração do continente africano. A filosofia Pan-africanista enfrentou o colonialismo e a escravidão, as quais defendiam e encorajavam, negativamente, as categorizações infundadas de raça, cultura e valores dos povos africanos.

Essas crenças destrutivas, por sua vez, deram origem a formas de intensificar o racismo, o que o Pan-africanismo procurou combater e eliminar. Como um conceito político mais amplo, as raízes do Pan-africanismo ligam - se às experiências coletivas dos descendentes africanos no Novo Mundo. A África assumiu uma grande importância para população negra da diáspora que vivia nas metrópoles exploradoras. Isso se deu por dois motivos: em primeiro lugar, a crescente futilidade da campanha para a igualdade racial, sobretudo nos Estados Unidos, o que levou alguns africanos a exigirem sua repatriação voluntária para a África.

Em segundo lugar, os termos *africano* e *negro* eram pela primeira vez, motivo de orgulho para os primeiros negros nacionalistas, uma vez que seu emprego era frequentemente utilizado pelos racistas como uma descrição pejorativa.

Assim, começou-se a reivindicar os direitos anteriormente negados pelas sociedades ocidentais através da elevação da consciência dos ativistas negros das Américas, Europa e também do resto do mundo sobre suas identidades africanas. Os congressos pan-africanos ganharam reputação, dentro das relações internacionais, para a descolonização da África. Algumas das exigências dos congressos eram acabar com a dominação colonial, com a discriminação racial e com o imperialismo. Além disso, os congressos exigiram que os direitos humanos e a igualdade de oportunidades econômicas valessem de fato.

Entretanto, não podemos perder de vista a importância do movimento Pan-africanista para impulsionar as diversas correntes políticas que surgiram dentro do movimento negro no final do século XIX, bem como a concessão das primeiras bases e princípios das lutas negras que se desenrolaram durante todo o século XX.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Os esforços sistemáticos através dos congressos, discussões, seminários, colóquios e encontros, promoveram a disseminação do conhecimento estratégico pan-africanista. Tal projeção contribuiu de maneira decisiva para o aprimoramento das políticas que se cristalizavam no Brasil no final dos anos de 1970. A Fundação Palmares, órgão que dá origem, dentro da administração pública brasileira, à pauta e à politização das reivindicações políticas e culturais da população negra, possibilitou avançar para uma transversalidade dentro da gestão pública.

Esta conexão estabelece uma nova fase nas relações étnico-raciais para dentro das

fronteiras dos grupos de negros e negras espalhados na diáspora africana; particularmente no território brasileiro, a necessidade de organização política a partir da compreensão coletiva possibilitaria uma nova abordagem nas ações dos movimentos sociais negros e de mulheres no Brasil. Para Fraser (2007, p. 120),

Pode-se considerar o Movimento Negro e a organização de mulheres negras como porta vozes das proposições e reivindicações da população negra e propagadores das perspectivas de paridade de participação entendendo essa perspectiva como um canal para a justiça social e racial, buscando garantir redistribuição e reconhecimento de maneira simultânea.

A Cultura como organização política, expressão e valorização, construção e resgate de identidades a partir das interações sociais que se expressam das mais variadas formas, na vida em família, nas relações de grupos, na ética, na política, nas ciências, na filosofia, nos processos produtivos, nas artes, no empreendedorismo étnico, dentre outras linguagens, imprimiu um novo formato de estratégia para aglutinar a população e politizar a nossa presença em território nacional; neste sentido as referências de luta e organização social nos possibilitou o amadurecimento para a organização política do movimento negro brasileiro. Segundo Ribeiro (2014, p. 32),

O processo histórico de luta pela igualdade e justiça social e racial, o Movimento Negro e a organização das mulheres negras tiveram e tem papel preponderante. Faz-se importante também o conhecimento de sua relação com os movimentos sociais em geral, com a sociedade e com o Estado, visando ao enfrentamento do racismo e à construção de perspectivas de consolidação de justiça racial.

Fruto da luta política do Movimento Negro Brasileiro e criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida em Lei Federal nº10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville. Em 21 de março de 1960, 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigavam a portar cartões de identificações, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército daquele país atirou sobre a multidão e o saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos.

A discussão racial desde o início do século XX permeou o imaginário dos ativistas

político libertário do Brasil, a importância estratégica da inserção desta pauta na agenda administrativa do país, se deve ao fato que pela primeira vez o Estado Brasileiro traria para dentro da gestão pública uma discussão teórica das necessidades de políticas especiais compensatórias ou reparatórias admitindo oficialmente a existência no Brasil das desigualdades sociais a partir da noção de cor, raça e etnia, segundo Matilde Ribeiro pode-se verificar que

De um lado, constata-se no Brasil a existência do racismo e da falsa democracia racial. E, de outro lado, nas últimas décadas, verifica-se de maneira crescente o reconhecimento de que o racismo produz obstáculos sociais para a população negra e gera barreiras para o desenvolvimento econômico e social do país (RIBEIRO, 2014, p.32).

Com a criação da SEPPIR o Governo Federal assumia publicamente a imprescindível plataforma de políticas específicas para as populações negras no território brasileiro, cujos objetivos são:

- a. Formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil;
- b. Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- c. Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
- d. Coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial;
- e. Planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- f. Acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica.

3.2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA SEPPIR

A SEPPIR utiliza como referência política o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), que orientou a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), resultando na criação de um programa específico intitulado “Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial”. Resultou também na incorporação desses temas em 25 outros programas, totalizando 121 metas, 87 iniciativas e 19 ações orçamentárias, em diferentes áreas da ação governamental.

Além desses documentos, é importante mencionar outras referências que auxiliaram a consolidação e institucionalização dessas políticas a exemplo da promulgação em 05 de outubro de 1988 da Constituição Federal Brasileira (CF), denominada Constituição Cidadã que coincide com o Centenário da Abolição da vergonhosa e perversa escravidão no Brasil, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida em 1995, e a Conferencia Internacional de Durban em 2001, neste sentido podemos perceber que

A partir dos anos 1980, são desenvolvidas em âmbito local e federal as políticas de promoção da igualdade racial. Neste sentido, considera-se como sendo importante base para reflexão: a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR); o Plano Nacional de Políticas de Igualdade Racial (Planapir); o Estatuto da Igualdade Racial; e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). (Ribeiro, 2014, p.33).

As ações afirmativas são políticas públicas elaboradas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade acumuladas ao longo de anos.

Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos, com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros para promover igualdade de oportunidades, e para combater o preconceito e o racismo. A Seppir atua em parceria com outros entes do governo e da sociedade na elaboração, execução e acompanhamento de ações afirmativas em áreas como saúde, educação, trabalho, juventude e mulheres.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

Vale lembrar que as políticas de ações afirmativas não são exclusivas do governo. A iniciativa privada e as organizações sociais sem fins lucrativos também são atores importantes

neste processo podendo atuar em conjunto dando suporte ou de forma complementar apoio ao governo.

As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo.

Uma ação afirmativa não deve ser vista como um benefício ou algo injusto. Pelo contrário, a ação afirmativa só se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados.

A expressão *ação afirmativa* foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 1960, para se referir as políticas do governo para combater as diferenças entre brancos e negros. Antes mesmo da expressão, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do movimento negro no mundo todo, além de outros grupos discriminados, como árabes, palestinos e curdos (<http://decada-afro-onu.org/index.shtml>).

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate a herança histórica da escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra. Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, antes de tudo, compreender o contexto social vivido por um país, por isso, o que gera preconceito por parte de setores da sociedade em muitos casos é analisar uma ação afirmativa sem antes entender o histórico que precedeu a política pública.

Ao debater as cotas para negros nas universidades, por exemplo, é preciso retornar ao Brasil-colônia e perceber como o processo de escravidão criou desigualdades sociais que são presentes até hoje, mesmo após 130 anos da abolição da escravidão. A partir de dados estatísticos que demonstram a diferença entre negros nas universidades comparados com o percentual desta população no total de brasileiros, o governo comprova a necessidade de criar uma política para compensar séculos de desigualdades.

É assim que nasce uma política de ação afirmativa. Após a leitura de um diagnóstico sociocultural histórico, há a comprovação estatística das desigualdades existentes e da necessidade de reparos. Após o diagnóstico e o planejamento de uma política de ação afirmativa, os gestores governamentais encaminham a legislação, monitoram sua aprovação e implementação.

O papel da Seppir é atuar em todas estas etapas da construção de políticas de ações afirmativas, por entender que as políticas públicas são fundamentais para tornar o Brasil um país justo e com oportunidades iguais para todos. Uma ação afirmativa não deve ser vista

como algo paternalista ou que cria dependência. Elas são ações necessárias para a correção de desigualdades. Tão logo estas desigualdades desapareçam, a adoção das ações afirmativas deixará de ser necessária. Infelizmente os ataques sistemáticos as políticas transversais de igualdade racial e a falta de compreensão política por parte de setores conservadores da sociedade brasileira põem em risco os avanços conquistados e a consolidação das políticas públicas que fazem parte de um conjunto de medidas de combate às desigualdades nos últimos anos no Brasil.

A Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016, estabeleceu a nova estrutura organizacional da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o Governo Federal. O documento oficializou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que foi criado em 13 de outubro de 2015, pela MP 696, com a junção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude.

A nova reforma administrativa oriunda do golpe político-jurídico em agosto de 2016 extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, a Seppir permaneceu na condição de Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, passando a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

4 O DEPIR DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Este capítulo fará uma descrição da instituição pesquisada, sua origem e importância como desdobramento da criação da Seppir.

4.1 ORIGEM E MARCO LEGAL

O DEPIR - Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial de São Francisco do Conde, órgão ligado à SEDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, normatizado a partir da lei municipal que cria o organograma da secretaria de Desenvolvimento Social e do Conselho Municipal de Igualdade Racial, órgão colegiado de caráter consultivo instituído pela Lei Municipal nº159/2010 de 29 de setembro de 2010, regulamentado pelo decreto 1758/2015 de 19 de novembro de 2015, tem por finalidade: orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância; a ele compete:

- Planejar, propor, coordenar e monitorar os programas e atividades desenvolvidos pela Secretaria, que tenham como foco a promoção da igualdade racial e o combate a qualquer forma de intolerância;
- Propor e acompanhar programas e projetos voltados para a promoção da igualdade racial, em execução pelos diversos órgãos do Governo do Estado, nas áreas de educação, saúde, trabalho, segurança, cultura e na garantia de direitos;
- Promover a integração com órgãos e entidades nacionais, visando desenvolver ações integradas e articuladas para a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial;
- Elaborar programas, projetos e estudos, visando a definição de indicadores sociais para monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial desenvolvidas no âmbito do Estado;
- Contribuir, com reflexões e estudos, para a formulação e avaliação de políticas públicas de promoção da igualdade racial;
- Monitorar o cumprimento da legislação pertinente aos diversos grupos raciais e

- étnicos, com vistas a garantia e igualdade de direitos constitucionais;
- Emitir pareceres e notas técnicas referentes às temáticas relacionadas à promoção da igualdade racial;
 - Estabelecer diálogo com a sociedade civil tendo em vista a geração de subsídios para o aprimoramento da formulação, planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas sob sua atribuição.

4.2 MISSÃO E IMPORTÂNCIA

O Depir vem trabalhando no município de maneira intensa, a sua missão é promover as políticas públicas através das discussões e reflexões sobre pertencimento e identidade a partir da organização nos espaços construídos para o convívio comum a exemplo de sua religião e territorialidade, provocando as comunidades tradicionais a estabelecerem novas referências quanto a institucionalização das políticas de igualdade racial.

Este trabalho e sua sistematização se destacou no cenário territorial, promovendo e estimulando os municípios do Recôncavo baiano a aderirem ao Fórum Intermunicipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial do Recôncavo. Trata-se de um arranjo político institucional vinculado à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi). Pioneiro no estímulo à discussão entre os entes federados, o município de São Francisco do Conde, através do Depir sistematizou o formato de construção da Rede Intermunicipal do Recôncavo e a partir dessas experiências promoveram-se discussões mensais em formato de rodizio municipal em um diálogo frenético entre os 24 municípios que compõem o território do Recôncavo baiano; esta experiência está sendo socializada com as demais cidades que fazem parte dos 27 territórios no Estado da Bahia do qual trata o Dr. Professor Milton Santos.

Dos 417 municípios que compõem o Estado da Bahia há atualmente 98 municípios que dispõem de organismos que trata das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em todo o Estado.

4.3 AS AÇÕES DO DEPIR

As ações que o departamento desenvolve tem a pretensão de responder algumas questões, como, por exemplo, dar visibilidade política e escoamento comercial aos produtos

culturais destas comunidades; visa também provocar uma reflexão sobre a contribuição política, social e cultural das comunidades negras para a formação da sociedade brasileira, além de sistematizar um padrão oficial no calendário cultural e litúrgico das atividades seculares destas organizações que tem um modelo próprio de vivências e experiências com datas especiais, observando a relevância histórica e as atividades produzidas em função do ineditismo e da necessidade de intervenção política e preservação do sofisticado acervo destas comunidades.

Registros fotográficos das ações do Depir

Foto 1 – acervo pessoal



O dia 21 de janeiro, audiência pública com o objetivo de discutir a intolerância religiosa uma vez que o governo federal através da Lei Federal nº 11.635/2007, instituiu o Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa.

Foto 2 – acervo pessoal



Dia 21 de Janeiro de 2016. Caminhada do Povo de Santo contra a Intolerância Religiosa. São Francisco do Conde.

Foto 3 – acervo pessoal



Celebração a Yemanjá dia 02 de fevereiro de 2016 – Festa em Homenagem a Rainha do Mar – São Francisco do Conde – Bahia – Brasil.



Foto 4 – acervo pessoal - Entrega do Presente a Rainha do Mar, tradicional manifestação cultural do Município de São Francisco do Conde.

Foto 5 – acervo pessoal



Festa Yemanjá (Xirê) festa no Barracão Centro da Cidade de São Francisco do Conde – Bahia – Brasil.

Foto 6 – acervo pessoal



Dia 22 de março – celebração ao Dia da Água e Limpeza da Pedra Santa, tradicional espaço sagrado da comunidade franciscana.

Foto 7 – acervo pessoal



Entrega do troféu as personalidades culturais do município de São Francisco do Conde.

Foto 8 – acervo pessoal



Limpeza e replantio das plantas sagradas no entorno da Pedra Santa – São Bento das Larges

Foto 9 – acervo pessoal



O DEPIR é coo-responsável pela proposição da Lei Municipal 361/2014 que estabelece o Dia 13 de Maio como Dia Municipal das Religiões de Matriz Africana.

Foto 10 – acervo pessoal



Ebomy Nice, Mameto Alva Célia e Samuel Azevedo – Diretor do Depir

5 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

O trabalho acadêmico tem suas estruturas e regras predefinidas, portanto, é possível classificar a pesquisa em três grandes grupos: exploratória, descritiva e explicativa; a pesquisa de campo por exemplo torna-se um item fundamental no conjunto da resolução de alguns problemas, o que torna a atividade acadêmica plena no seu desdobramento final. No entanto, para este trabalho optou-se por uma pesquisa orientada a partir da análise documental em complemento à pesquisa bibliográfica.

Segundo Selltiz *et al.* (1967, p. 3), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Este trabalho usa também a observação, procedimento fundamental na construção de hipóteses a qual possibilitou o estabelecimento de relações entre os fatos no dia-a-dia, capazes de fornecer os indícios para a solução de alguns dos problemas propostos pelo desafio da pesquisa *in loco*.

A observação foi precedida de discussão e debates interno, além de intensa, criteriosa e permanente troca de experiências; ganhou contornos de desafios e procedimentos difusos, uma vez que o pesquisador estava gestor da pasta à época no período de junho de 2013 a dezembro de 2017, e utilizava a rotina do trabalho como laboratório profissional em um momento de consolidação e sistematização da política de promoção da igualdade racial no município, o que exigiu atualizações diárias e troca de experiências com outros organismos que estavam sendo implantados naquele momento neste território.

Uma ferramenta de gestão utilizada de maneira secundária foi o MASP-Método de Análise e Solução de Problemas; o método tem como foco à identificação dos problemas e conseqüentemente elaboração de ações corretivas e preventivas de forma a eliminar ou minimizar os problemas detectados; este método facilitou o diagnóstico primário das dificuldades de gestão no departamento, aplicado no formato de exercício diário auxiliando a observação na tomada de decisão.

No entanto, a sustentação metodológica foi a documental. A Análise Documental (ADOC) se constitui como uma técnica valiosa de abordagem de dados, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema, conforme Ludke e André (1986).

Sendo assim, os procedimentos que foram adotados para realizar a análise documental obedeceram aos princípios de Nascimento (2009), a ADOC tem duas operações distintas:

- 1) a análise do conteúdo, que identifica os elementos que representam conceitos ou ideias do documento.
- 2) e a padronização do formato, que usa regras para determinar a posição de cada parte das informações.

De acordo com Gil (2002, p. 47), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes; enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas, por outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas entre outros.

5.1 ANÁLISE DE RELATÓRIO

A nossa sistematização se deu a partir da análise do relatório produzido por ocasião das conferências municipais, sobretudo a III conferência que foi devidamente convocada pelo então governador do Estado da Bahia Jaques Wagner, por meio do Decreto Estadual 14.467, publicado no Diário Oficial na edição do dia 07 de maio, a qual foi realizada em Salvador, nos dias 28 e 30 de agosto de 2013, a III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR), teve como tema “Democracia e Desenvolvimento: por uma Bahia Afirmativa”.

A CONEPIR foi parte preparatória para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), a qual foi convocada pela então presidente da República Dilma Rousseff e foi presidida pela ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial (Seppir), à época Sr^a Luiza Bairros. A CONAPIR foi realizada em Brasília, de 05 a 07 de novembro de 2013.

Já a III conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial teve lugar nos dias 18 e 19 de julho de 2013 no município de São Francisco do Conde e contou com a participação do poder público Executivo Federal, Estadual e Municipal.

A participação da sociedade civil na conferência foi um capítulo à parte e propiciou uma leitura aguda das necessidades que as comunidades presentes apresentaram enquanto demandas reprimidas a espera de soluções alternativas; a análise destes resultados nos forneceu a base para discorrer sobre o problema.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O documento analisado para este projeto encontra-se nos arquivos da secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e é parte integrante das políticas municipais de promoção da igualdade racial; pode ser encontrado e acessado no site da prefeitura municipal de São Francisco do Conde no endereço

<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/?s=III+Conferencia+municipal>.

O documento revelou um panorama crítico da realidade local e direcionou a assumir uma postura analítica, crítica e firme na execução das propostas apresentadas na plenária.

Além do relatório municipal da III conferência de promoção da igualdade racial, encontramos alguns elementos de referência no Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o qual assegura que a partir de 2007, o Estado da Bahia iniciou, de forma ousada, uma caminhada ao encontro dos povos e comunidades tradicionais, uma vez que os indicadores sociais os apontavam como o seguimento mais vulnerável da população baiana com grande déficit de acesso às políticas públicas, tendo como consequência o comprometimento de sua reprodução física e sociocultural, requerendo ações do Estado no sentido de possibilitar condições de vida digna para que pudessem viver a partir do seu modo de vida tradicional, as reuniões, colóquios, encontros e articulações neste campo serviram para aprimorar estas políticas.

De igual modo as conferências municipais da igualdade racial constituem ferramentas políticas para arranjos institucionais em construção e conseqüentemente possibilitaram o fortalecimento dos organismos municipais de promoção da igualdade racial, aprimorando seu desempenho, desenhando seu espaço e socializando as experiências no campo da discussão

política entre os indivíduos que estão em fase de permanente formação nesta área da sociologia. A dinâmica do trabalho, aliado a um número satisfatório de participantes dos diversos distritos e ou bairros de São Francisco do Conde, trouxe no seu conjunto diferentes seguimentos, os quais fizeram-se representar na sua diversidade.

Os depoimentos, críticas e sugestões foram fundamentais para a reorganização política do departamento e seu posicionamento estratégico diante da administração municipal.

A III Conferencia Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Francisco do Conde teve como objetivo discutir, propor e elaborar políticas voltadas para a construção de mecanismos para o fortalecimento da igualdade Racial, tendo como perspectivas a consolidação da autonomia econômica, política, social e cultural da população negra local, contribuindo com sugestões para a erradicação da pobreza e para o exercício pleno da cidadania dos afros descendentes através da democracia, do desenvolvimento e reconhecimento global deste grupo historicamente desassistido.

As propostas oriundas das discussões acaloradas e debates instigantes nos grupos de trabalho na conferência e aclamadas na plenária por maioria simples, permitiu a construção de uma agenda factível e possível de ser executada dentro do planejamento da gestão, além de posicionar o município como liderança promissora no território de identidade.

O território de identidade aqui mencionado faz parte da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, instituída pelo decreto 6040/2007; tem ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantias dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

No relatório da III Conferencia Municipal (páginas 5 e 6) consta a realização do I Encontro Territorial dos Delegados do Recôncavo e a presença dos gestores e delegados de outros municípios como São Felix, Saubara, Santo Amaro, Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus, presentes na III Conferencia Municipal de Promoção da Igualdade Racial, o que elevou o que contribuiu par a discussão e trouxe importantes elementos para incorporar no debate previstos na Lei 12.288/2010.

Os desafios foram frutos das propostas construídas por conferencistas de maneira geral e delegados escolhidos por voto direto da comunidade em particular, tornando-se representantes legítimos da sociedade civil organizada e suas comunidades, além dos delegados indicados pelo poder público os quais foram votados, confirmados na conferência e chancelado pelo poder executivo municipal.

A pesquisa obedeceu a duas linhas de ação; a primeira na direção de analisar o DEPIR, avaliar as políticas públicas, corrigir seus problemas internos a exemplo da formação do seu quadro técnico funcional, estímulo de pessoal e impulsionar a compreensão política a causa racial, elevando esta percepção social espacialmente no território e administrativamente na gestão municipal, imprimindo de tal forma uma marca na sua atuação local, redimensionando sua importância e sua contribuição política coadunado ao conjunto dos órgãos que compõem a administração pública da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde.

Considerando tratar-se de um órgão com características transversais, a segunda linha da investigação levou a uma abordagem exploratória, com a utilização de um conjunto de informações disponíveis nos relatórios e documentos que foram analisados, interagindo inicialmente nas bases comunitárias do Município de São Francisco do Conde e em seguida a uma intervenção política calçada nos resultados do investimento de pessoal nas visitas dos municípios parceiros de verificação e experiências no território que compõe o Recôncavo Baiano.

Neste contexto foi possível perceber e diagnosticar a partir do relatório os pontos fortes e fracos da instituição, dentre as quais destacaremos os seguintes:

A Conferência no seu conjunto obteve uma participação da sociedade civil organizada em número muito menor do que o que fora esperado. Nesse aspecto, a nossa crítica e avaliação compreende que a agência de comunicação municipal foi ineficiente, apostando como conexão de comunicação prioritária entre o poder público e a sociedade civil em particular, ferramentas tecnológicas tais como, internet, cartazes, folders eletrônico e panfletos, os quais demonstraram ineficiência na chamada pública e nos resultados da quantidade de público presente na conferência. O plano de mídia da comunicação se mostrou inapropriado para um público composto prioritariamente por pessoas simples das comunidades de terreiros, marisqueiras, quilombolas e pescadores, atores e atrizes de uma realidade, na qual em sua maioria não possuem acesso nem domínio a estas ferramentas tecnológicas.

Outro ponto negativo está relacionado ao deslocamento, pois a mobilidade urbana neste território é muito precária, e se reflete diretamente no direito de ir e vir destes cidadãos assegurado na constituição brasileira, no entanto, desrespeitado em muitas cidades e municípios do interior do Brasil.

No relatório (p. 3) verificamos o seguinte diagnóstico: “Outro ponto igualmente importante trata-se dos deslocamentos destes indivíduos, das suas respectivas comunidades, uma vez que a nossa cidade é um território distrital compreendendo distâncias consideráveis

entre os pontos localizado na sede e os distritos”. Em São Francisco não seria diferente e as condições de transportes oferecidas para estas comunidades, quer seja em função do difícil acesso, quer seja por não oferecer ganhos reais as empresas que exploram o serviço público de transporte municipal, o fato é que a saída para qualquer atividade fora das suas localidades e das suas comunidades até a sede do distrito onde foi realizado a conferência se tornou um grande esforço e foi claramente dificultada uma vez que a cidade em questão é um território distrital compreendendo distancias consideráveis entre os pontos localizado na sede e os distritos, este ponto foi motivo de críticas de acordo com o registro no relatório.

Os pontos positivos foram poucos e dispersos; iremos elencar neste momento apenas um, devido a sua grandeza e importância, pois precisamos registrar e destacar a participação ativa dos alunos da rede estadual e municipal de ensino; o acesso a conferência serviu de base para auxiliar os jovens alunos na construção do censo crítico e na familiaridade com temas e políticas que serão aperfeiçoadas na compreensão do conteúdo arguidor, na afirmação da identidade, na participação e envolvimento destes indivíduos na luta permanente e do combate sistêmico ao racismo e todas as formas de intolerância.

Destacaremos algumas propostas previstas no relatório as quais foram apresentadas e executadas ao longo dos últimos 04 anos.

1. Articulação, mobilização e implantação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
2. Cumprimento da Lei 10.639 através da capacitação e monitoramento de Professores da Escola Municipal para ensino de História da África como uma disciplina curricular;
3. Aprovação do Plano Municipal da Igualdade Racial;
4. Garantia em orçamento participativo (LDO, PPA) das campanhas promocionais para Promoção da Igualdade Racial; nas áreas da Saúde, Educação, planejamento, emprego e renda;
5. Criação de um calendário municipal das datas festivas dos povos de comunidades de Terreiro;

As propostas acima foram fruto de grande atenção por parte dos atores envolvidos na conferência, a persistência por parte dos delegados e o acompanhamento na execução, implantação e regulamentação das políticas sugeridas, ocasionaram a consolidação e sistematização das mesmas.

Segundo o relatório (p. 3 e 4), a gestão não compareceu de maneira consistente na

conferência: “do ponto de vista institucional, observamos que as secretarias, departamentos e gerências parceiras não compactuaram para efetiva presença dos servidores e colaboradores dos seus setores os quais perderam a oportunidade de capacitar-se e terem acesso a informações qualificadas e atualizadas por parte dos palestrantes que vieram dar sua valiosa contribuição dentro de uma agenda que é pauta permanente no combate sistemático ao racismo e suas variáveis”. A ausência de servidores de outras secretarias e departamentos corrobora para a falta de compreensão desta agenda, o que dificulta a transversalidade na gestão administrativa.

5.3 APLICAÇÃO DO MASP PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS NO DEPIR

Na busca pela competitividade, a gestão de eficiência é um fator decisivo na sobrevivência das organizações. As atividades relacionadas com a qualidade são amplas e consideradas essenciais para o sucesso estratégico. Internamente na estrutura organizacional do departamento pudemos verificar e avaliar a falta de ligação entre o departamento e a comunidade. Este diagnóstico, fruto dos resultados das conferências nos obrigou a fazer uma sensibilização com os colaboradores do organismo. Optou-se por uma reestruturação no setor aprimorando o relacionamento órgão/comunidade. A verdadeira função do controle de qualidade é analisar, pesquisar e prevenir a ocorrência de problemas e defeitos.

Um dos objetivos com o departamento tinha como foco à identificação dos problemas internos e conseqüentemente elaboração de ações corretivas e preventivas de forma a eliminar ou minimizar os problemas detectados. O quadro 1 mostra a relação de problemas de setores envolvidos para aplicação de ações corretivas.

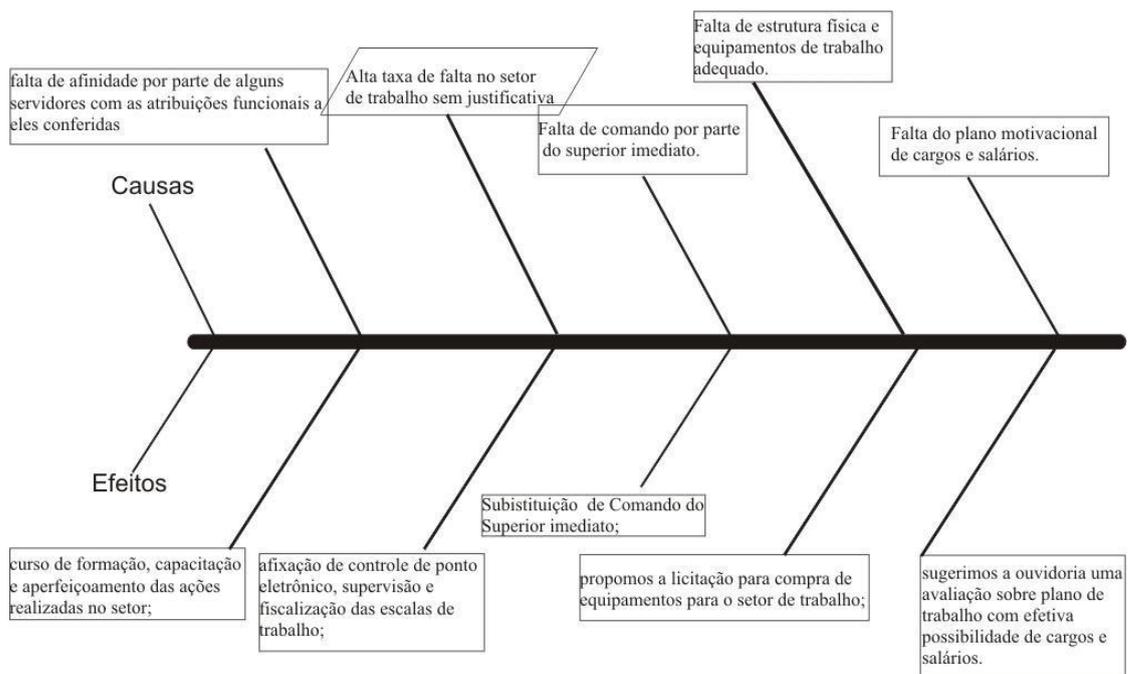
Quadro 1: Problemas detectados e respectivos setores

Relação de problemas	Setores Envolvidos
Falta de Afinidade por parte dos servidores com as atribuições funcionais a eles conferidas;	Sedes/Depir
Alta taxa de ausência no setor de trabalho sem justificativas;	Sedes/Depir/Sead
Falta de comando por parte do superior imediato;	Sedes/Depir
Falta de estrutura física e equipamentos de trabalho adequado;	Sedes/Depir/Seplan
Falta de plano motivacional de cargos e salários;	Sedes/Depir/Segov
Conflitos interpessoais.	Sedes/Depir

Fonte: elaboração própria

Diante dos múltiplos problemas existentes na instituição os que apresentaram maior relevância foram: os conflitos interpessoais, falta de afinidade com o setor, falta de comando por parte do superior imediato, falta de estrutura física operacional e alta taxa e ausência no setor de trabalho, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 2: Espinha de Peixe - Problemas encontrados e soluções apontada



Fonte: Elaboração própria

Segundo o gestor da pasta foram realizadas reuniões periódicas com a equipe a fim de avaliar o desempenho do trabalho e tentar resolver os constantes conflitos existentes. Ele acrescenta que as reclamações de alguns servidores eram explicitadas durante essas reuniões; no intuito de haver um esclarecimento coletivo, as reuniões foram organizadas de tal forma a permitir uma profunda e importante reflexão sobre a missão estratégica do setor e seus resultados ao passo que foram lembrados conceitos tais como:

- 4.3.1 missão, razão de ser da organização;
- 4.3.2 desempenho da organização, resultados efetivamente alcançados;
- 4.3.3 oportunidades e desafios do ambiente;
- 4.3.4 pontos fortes e fracos da organização interna;
- 4.3.5 competências dos planejadores;

Além disso, foram identificados os seguintes problemas e dificuldades:

- 4.3.6 falta de afinidade por parte de alguns servidores com as atribuições funcionais a eles conferidas;
- 4.3.7 uma alta taxa de falta no setor de trabalho sem justificativa;
- 4.3.8 falta de comando por parte do superior imediato;
- 4.3.9 ausência de estrutura física e equipamentos de trabalho inadequado;
- 4.3.10 além da falta do plano motivacional de cargos e salários.

Esses dados foram analisados segundo a técnica da matriz GUT, que estão indicados no Quadro 3:

Quadro 3: Análise de dados dos problemas e dificuldades segundo a técnica da matriz GUT

Matriz GUT				Escala da Matriz GUT
Causas do Problema	G	U	T	Gravidade
Falta de afinidades por parte dos servidores com as atribuições funcionais a eles conferidas;	4	4	4	1. Sem gravidade 2. Pouco grave 3. Grave 4. Muito grave 5. Extremamente grave
Alta taxa de ausência no setor de trabalho sem justificativa	3	3	4	
Falta de comando por parte do superior imediato;	4	4	5	Urgência
Falta de estrutura física e equipamento de trabalho adequado	3	3	3	1. Pode esperar 2. Pouco urgente 3. Urgente merece atenção 4. Muito urgente 5. Necessita ação imediata
Falta do plano motivacional de cargos e salários	4	3	3	
Conflitos interpessoais.	4	5	4	Tendência 1. Não irá mudar 2. Irá mudar a longo prazo 3. Irá piorar a médio prazo 4. Irá piorar a curto prazo 5. Irá piorar rapidamente

Fonte: elaboração própria

A proposição para as soluções dos problemas foi:

4.3.10.1 curso de formação, capacitação e aperfeiçoamento das ações realizadas no setor;

4.3.10.2 afixação de controle de ponto eletrônico, supervisão e fiscalização das escalas de trabalho;

4.3.10.3 troca de comando do superior imediato;

4.3.10.4 propomos a licitação para compra de equipamentos para o setor de trabalho;

4.3.10.5 sugerimos a ouvidoria uma avaliação sobre plano de trabalho com efetiva possibilidade de cargos e salários.

5.4 PLANO DE AÇÃO

A partir dos dados colhidos com a aplicação do MASP e da Matriz GUT, foi proposto o seguinte plano de ação, descrito no quadro 4:

Quadro 4: plano de ação

Atividades	Pessoas envolvidas
Realização de atividades oficinas, cursos e reuniões de formação, visando a educação dos servidores, principalmente no tocante ao respeito, à compreensão e aceitação das funções a serem desempenhadas;	Gestores da secretaria de desenvolvimento social
Implantação da cultura de auto resolução dos conflitos interpessoais na organização através de treinamentos e capacitação para os servidores utilizarem como método colaborativos para finalização das competências;	Gestores da secretaria de desenvolvimento social
Elaboração, implantação e divulgação de cronograma funcional para os servidores	Gestores municipais
Abertura de espaço para discussão dos assuntos organizacionais envolvendo todos os níveis hierárquicos.	Gestores e servidores municipais

Fonte: elaboração própria

Analisando os quadros esperou-se:

- a) imediata adaptação ao novo perfil e compromisso no setor, posterior ao curso de formação ministrado para equipe;
- b) um aumento da ordem de 100% cem por cento na frequência dos servidores;
- c) normalização das tarefas e disciplina nas entregas dos serviços a o Consumidor/clientes/comunidade;
- d) Licitação e compra dos equipamentos para dinamizar e qualificar o trabalho;
- e) Cargos e salários, aguardando deliberação da administração superior.

6 CONCLUSÃO

Identificamos ao longo do caminho que o processo de pesquisa e investigação quando bem direcionado produz resultados positivos, a discussão racial influencia a sociedade brasileira a reflexão, auxilia no empoderamento das mulheres, da juventude e conseqüentemente da população negra como um todo.

Os resultados da pesquisa tendem a cristalizar na sociedade, permitindo por exemplo a qualificação e otimização da gestão pública nos setores meio e fins alcançando a comunidade.

As conferências Pan-africanistas que marcaram o início do século XIX foram fundamentais para a organização política e consciência crítica das populações negras, o sentido organizacional foi profundamente marcado neste período, como resultado os conceitos de luta

política e unidade negra se espalhou na diáspora sendo referências para vários grupos emergentes daquele período.

No Brasil, este movimento ganhou musculatura na organização dos movimentos sociais a partir das reflexões sobre o regime autoritário e violento ao qual os negros eram submetidos à marginalização em um país recentemente saído da escravidão onde os direitos civis eram fragrantemente violados, sem dúvidas os ativistas pan-africanistas e suas ideias libertárias causaram um profundo e criterioso sentimento de resistência e organização profissional o que resultou na busca e disputa de espaços de trabalho em vários setores inclusive na administração pública.

As ações organizadas como enfrentamento político ao regime excludente e danoso para uma parcela considerável da população promovida pelo estado brasileiro permitiu várias frentes de resistência e luta política, além da organização dos movimentos sociais o acesso a reivindicação de organismos institucionais a exemplo da Fundação Palmares e posteriormente a Seppir garantiu uma agenda dentro da gestão pública até então inimaginável, alcançando setores da sociedade e do governo que passaram a perceber a força e contestação que vinham das ruas.

Os organismos ganharam regulamentação no final dos anos 1980, espalharam-se pelo país e auxiliaram as demandas organizativas e críticas das populações negra.

O Depir neste período de implantação das políticas públicas que versa sobre a igualdade racial, organizou, estimulou e sistematizou atividades e ações que fortaleceram as comunidades nos distritos e nos bairros, levando para o centro do debate as discussões pertinentes a participação popular e organização política para poderem fazer valer os direitos previstos a

partir das conquistas coletivas dos movimentos negros e das comunidades de terreiros e povos tradicionais. Do ponto de vista organizacional o Depir optou por construir o seu sistema político que compreende em articulação e organização do Conselho municipal, Plano Municipal e Secretaria, estes mecanismos fortalecidos foram capazes de garantir para dentro do município políticas públicas, projetos e programas oriundos dos governos federal, estadual e municipal, além de garantir no PPA e LDO do município orçamento próprio para executar algumas ações e programas.

Os resultados obtidos na intervenção feita no DEPIR permitiram uma nova atuação por parte dos gestores e servidores; no final, a comunidade foi a única beneficiada, pois a excelência no atendimento gerou imediata sinergia entre gestão e população, satisfação aos usuários dos serviços, economia e melhor aproveitamento de insumos, além da qualificação de pessoal.

Um paradigma, por mais enraizado que esteja em uma sociedade, está sempre sujeito a desaparecer quando uma nova forma ou meio de satisfação daquela necessidade for produzida e dominada.

Neste sentido o presente estudo traz como contribuição a reflexão sobre a necessidade da organização e esforço coletivo por parte da população negra para cristalizar na sociedade brasileira a importância da inclusão na administração pública dos atores e atrizes antes preteridos em função da sua origem étnica; além disso, é imperioso a consolidação das políticas públicas formuladas e desenvolvidas neste período da história recente deste país e as garantias das conquistas alcançadas ao longo do processo histórico da luta negra no Brasil.

Sem dúvidas o movimento Pan-africanistas trouxe uma contribuição fabulosa na trajetória dos movimentos social negro, implicando na construção e demarcação da identidade política e unidade conceitual na luta pela liberdade, igualdade e consolidação dos direitos civis para população negra na África e sua diáspora, estes resultados atingiram o Brasil e a Bahia como um todo e o município de São Francisco do Conde em particular, uma vez que sua população através da sua afirmação resultante no censo de 2010, o qual segundo o IBGE considera o município mais negro do Brasil em termos proporcionais na sua alta declaração, as ações do departamento de promoção da igualdade étnico racial contribuíram imensamente para essa tomada de consciência, contudo, este é um debate requer atenção permanente o que nos provoca a uma revisão periódica e atenciosa para encontrarmos enquanto sociedade um caminho para consolidação dos direitos a liberdade e a plena equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei nº 6040/2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. Lei Federal nº11.635 de 27 de dezembro de 2007, institui o Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa.

BRASIL. Lei Federal nº12.288/2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Lei Federal nº10.678.

BRASIL, Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.

BRASIL, Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016. EMENTA: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe BRESSER-Pereira, Luiz Carlos (1996). **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília, ENAP, 1996.

ELIKIA M'Bokolo (2007). **África Negra - História e Civilizações**. Tomo I - até ao Século XVIII de Edições Colibri, outubro de 2007.

ELUNGU P.E.A. **O despertar filosofo em África**. 1984/2014.

FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética” **Revista Lua Nova**, n. 70, São Paulo, 2007, p. 120.

GIL, Antônio Carlos, (1946), **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

KAMABAYA, Moises, **O renascimento da Personalidade Africana**, 2014.

KI-ZERBO, **A história Geral da África**, 1971, 2009.

Lei Municipal nº159/2010 de 29 de setembro de 2010 – Institui o Conselho Municipal de Igualdade Racial do Município de São Francisco do Conde. Regulamentado pelo Decreto Municipal 1758/2015 de 19 de novembro de 2015

LÜDKE e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARIANI, C. A. Método PDCA e ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos. **Revista de Administração e Inovação**, v. 2, n. 2, p. 110-126, 2005. sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

MUDIMBE, V.Y. **A Invenção de África; Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**, 1988/2013; NASCIMENTO (2009, p. 27), RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. 1.ed. Rio de Janeiro, 2014.

SELLTIZ et al (1967, p. 63 apud GIL, 2002, p. 41), como elaborar projetos de pesquisa. <http://decada-afro-onu.org/background.shtml> - 2015 - 2024, Organizações das Nações Unidas – ONU. Década Internacional do afrodescendente, acesso em 15 de jan. 2017.

http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1731 Metodologia de Análise de Solução de Problema (Acesso em 17 nov. 2018).

<http://saofranciscocondoconde.ba.gov.br/?s=III+Conferencia+municipal>. Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde – Bahia (Acesso em 26 de out. de 2018)

ANEXO

RELATÓRIO FINAL

IIIª CONFERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BAHIA – BRASIL

No último dia 19 de julho foi encerrada, na cidade de São Francisco do Conde, a III Conferência Municipal de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial, e o *1º Encontro Territorial de Delegados do Recôncavo*. A Conferência cumpriu sua missão Institucional em conclamar atores do poder público e do Movimento Social organizado para um debate franco e democrático, objetivando encontrar soluções e aplicações das leis e mecanismos já existentes no Município. A abertura contou com uma abordagem técnica dos avanços das conquistas políticas dos Povos de Terreiro, Quilombolas e Comunidades Tradicionais pelo Senhor **Samuel Azevedo**, *Gerente de Relações Institucionais* do DEPIR – *Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial* de São Francisco do Conde. Segundo Samuel Azevedo, *“a experiência política que o município vem acumulando no campo da Promoção da Igualdade Racial, poderá servir de referência para consolidação do Afro- Empreendedorismo no Brasil, uma vez que reunimos as condições políticas e econômicas ideais para este desafio; encontramos na atual gestão um ambiente favorável para este importante laboratório social”*, afirmou Azevedo.

A formação da Mesa Institucional teve participação do poder Executivo e Legislativo Municipal na representação do Senhor **Eliezer de Santana** - Presidente da Câmara Municipal de SFC, Secretários do Governo Municipal, a exemplo da Senhora **Silmar Carmo** - Secretária de Planejamento, representando a Prefeita **Rilza Valentim**, a Secretária Municipal de Educação Senhora **Cristiana Ferreira**, o Secretário de Desenvolvimento Social Senhor **Aloisio Oliveira**, o Deputado Estadual **Bira Coroa** presidente da Comissão de Promoção da Igualdade da Assembleia Legislativa da Bahia, o Representante da SEPROMI Senhor **Ataíde Lima de Oliveira**, visita do Secretário de Estado da SEPROMI Senhor **Elias de Oliveira Sampaio**, a Representante das Religiões de Matriz Africana Senhora **Makota Valdina** e o Atual Vereador de Salvador Senhor **Silvio Humberto**.

Contribuição Política

Os palestrantes deram uma contribuição significativa para Conferência, a qual balizou os trabalhos dos conferencistas trazendo uma retrospectiva conceitual, contextualizando os avanços e entraves das políticas que estabelecem a pauta da Promoção da Igualdade em todo país.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Social, **Aloísio Oliveira**, as conferências servem para que as pessoas discutam mudanças: “vimos recentemente diversos movimentos nas ruas do nosso país clamando por melhorias; agora estamos num ambiente em que podemos buscar isso. Aqui é para promovermos mudanças nas questões raciais”.

A secretária da Educação, **Cristiana Oliveira**, também destacou a importância da realização de conferências em São Francisco. “Temos aqui uma oportunidade importante de colocar em prática o que a gente acredita que pode acontecer. É o momento de fortalecer as discussões sobre a questão negra no nosso município”, destacou.

A participação da Sr^a **Alva Celia** – Mameto Kammukenge do Terreiro ANGURUSENA DYA NZAMBI Pós-Graduada em História da África e Cultura Baiana, Conselheira de Cultura do Estado da Bahia, Presidente do Lindroamor Axé, Coordenadora Pontinho de Cultura Bejimirô, Conselheira de Cultura de São Francisco do Conde, fez a leitura do regimento da conferência.

A Palestra Magna do Professor e atual Vereador de Salvador **Sr^o Silvio Humberto**, Fundador do Instituto Cultural Steve Biko, organização que hoje é uma referência nacional e internacional na promoção de jovens Negros e Negras nas Universidades Brasileiras. Economista, professor universitário da UEFS. Em 2004 participou e integrou o grupo que elaborou o programa de Ações Afirmativas (Políticas de Cotas) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Intervenção contextual do Sr^o **David Cruz** – Etnólogo e Aluno do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira.

A Contribuição da **Makota Valdina Pinto** defensora das tradições de origem africana Reconhecida como mestra nos ambientes intelectuais nacionais e internacionais pela articulação entre a prática e a teoria da sabedoria bantu. No ano de 2005 foi proclamada "Mestra de Saberes" pela Prefeitura Municipal de Salvador. Abordou e questionou de forma enérgica “O que verdadeiramente o governo tem feito para os povos de Terreiros da cidade de São Francisco?”.

O Professor **Samuel Vida** possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia e especialização em Direito e Cidadania pela Universidade Estadual de Feira de Santana. É professor da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica do Salvador: Tema: Racismo Institucional, Ações Afirmativas e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial. As Ações Afirmativas se apresentam historicamente como mecanismo jurídico-político adequado ao combate de discriminações injustas, buscando efetivar a igualdade. As ações afirmativas são medidas (prestações positivas) adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório.

A conferência abordou vários temas, sistematizando os eixos temáticos em quatro pontos centrais, elaborados e sugeridos pelo corpo técnico da organização Estadual, a saber:

1. Pactuação para o fortalecimento dos organismos de Políticas de Promoção da Igualdade Racial já existente, e, em alguns casos, criação de novos, com esforços no sentido de mapear todos os possíveis organismos que futuramente poderão formar o sistema de Promoção da Igualdade Racial Municipal assim contribuindo com sistema Estadual;
2. Arranjos entre governos e sociedade civil para criação de conselhos das comunidades Negras, tendo como centro fortalecer o monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, assim como o estabelecimento de um canal permanente de dialogo ente as demandas da sociedade civil e os organismos de Políticas Públicas;
3. Levantamento das peças orçamentárias para identificar recursos para as Políticas de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;
4. Estabelecimento da articulação dos órgãos públicos para elaboração e aprovação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, documento no qual estarão sistematizadas todas as Políticas de Promoção da Igualdade Racial com definição de sua execução.

Pontos negativos

A Conferência no seu conjunto obteve uma participação da sociedade civil organizada em número muito menor do que o que fora esperado. Nesse aspecto avaliamos que a agencia de comunicação do município foi ineficiente, apostando como elo da sociedade civil as ferramentas tais como internet, cartazes folders eletrônico e panfletos inapropriado para nosso público alvo: Comunidade de Terreiros, Marisqueiras, Quilombolas e Pescadores, que em sua maioria não possuem acesso a estas ferramentas. Outro ponto igualmente

importante trata-se dos deslocamentos destes indivíduos, das suas respectivas comunidades, uma vez que a nossa cidade é um território distrital compreendendo distancias consideráveis entre os pontos localizado na sede e os distritos. Do ponto de vista institucional, observamos que as secretarias, departamentos e gerencias parceiras não compactuaram para efetiva presença dos servidores e colaboradores dos seus setores os quais perderam a oportunidade de capacitar-se e terem acesso a informações qualificadas e atualizadas por parte dos palestrantes que vieram dar sua valiosa contribuição dentro de uma agenda que é pauta permanente no combate sistemático ao racismo e suas variáveis. Fomos cuidadosos em convidar especialistas Homens e Mulheres notáveis com formação e compromisso político na abordagem e aplicação didática deste tema ainda espinhoso para sociedade brasileira, entretanto tão importante para formação de novos atores para compor a trincheira de combate ao racismo mal que insiste em contaminar a sociedade e em particular a comunidade de São Francisco, compreendendo que **“Cuidar das Pessoas é a Nossa Maior Riqueza”**, este tema é o tema central da atual gestão.

Pontos Positivos

Não poderíamos deixar de registrar e destacar a participação dos Alunos da **Escola Estadual Martinho Sales Brasil**, oportunizando-se da conferencia para auxiliar na contribuição e construção de políticas que serão aperfeiçoadas na compreensão, afirmação, participação e envolvimento destes indivíduos na luta permanente de combate ao racismo e todas as formas de intolerância.

Propostas:

1. Articulação, mobilização e implantação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
2. Criação do Museu Afro Territorial do Recôncavo com acervo de vídeo depoimentos, fotos e fatos da história da África, relatos da contribuição dos Negros Brasileiros na Ciência, nas artes, tecnologia, na política, culinária, A referência de família a partir das experiências das Religiões de Matriz Africana;
3. Cumprimento da Lei 10.639 através da capacitação e monitoramento de Professores da Escola Municipal para ensino de História da África como uma disciplina curricular;
4. Criação do Observatório permanente para acompanhamento das Políticas Públicas e Ações Afirmativas;
5. Aprovação do Plano Municipal da Igualdade Racial;
6. Elaboração, execução e implantação do Estatuto Municipal da Igualdade Racial;

7. Garantia em orçamento participativo (LDO, PPA) das campanhas promocionais para Promoção da Igualdade Racial; nas áreas da Saúde, Educação, planejamento, emprego e renda;
8. Criação de um calendário municipal das datas festivas dos povos de comunidades de Terreiro;
9. Projeto de lei que vincule os resultados econômicos dos grandes eventos esportivos e empreendimentos, à comunidade Negra;

Delegados

A eleição dos delegados transcorreu de forma democrática e transparente onde foram eleitos os delegados da Sociedade civil e seus respectivos suplentes bem como um Delegado do poder publico e seus suplentes, sendo o gestor do **DEPIR – Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial** Senhor **Samuel Azevedo** eleito Delegado por ser nato da pasta.

Delegados do poder publico e seus suplentes da cidade de São Francisco do Conde:

1. **Samuel Azevedo dos Santos** – Delegado
2. **Ana Cristina de Oliveira Lima** – Delegada
3. **Eduardo Moreira dos Santos** – Suplente
4. **Everaldo Gomes Pereira** – Suplente

Delegados da Sociedade Civil e seus suplentes da Cidade de São Francisco do Conde:

1. **Nelson Pires Nascimento Junior** – Delegado
2. **Herbert Adriano dos Santos** – Delegado
3. **Alexsinaldo de Jesus Paciência** – Suplente
4. **Tiago Augusto do Nascimento** – Suplente

1º Encontro Territorial dos Delegados do Recôncavo.

O 1º Encontro Territorial dos Delegados do Recôncavo foi iniciado com apresentação dos Delegados presentes, contando inicialmente com a participação dos Municípios de:

- a. **São Francisco do Conde** – Samuel Azevedo, Ana Cristina de Oliveira Lima, Nelson Pires do Nascimento e Herbert Adriano.
- b. **Santo Amaro da Purificação** – Flavia Reis e Maria da Luz Silva
- c. **Cruz das Almas** – Manolo Pablo Moraes dos Santos, Monica Moraes dos Santos.
- d. **Santo Antônio de Jesus** – Matheus Oliveira de Moraes, Edmilson Souza, Leticia Souza, Marcelo Santos.

A proposta do encontro concentrou-se na avaliação da contribuição política que o território vem desempenhando no cenário estadual, replicando sua experiência para o patamar Nacional, uma vez que todos os elementos das comunidades tradicionais encontram-se neste espaço territorial, a saber, Comunidade de Terreiro, Quilombolas, Marisqueiras e pescadores. Outro ponto importante tratou da organicidade do fórum, a capacidade operacional do Fórum Intermunicipal de gestores do Território do Recôncavo, sua permanente atuação em torno do tema vem oxigenando e estimulando a troca de experiências entre os gestores municipais permitindo uma agenda política única e uma pauta permanente em torno da Promoção da Igualdade Racial.

A representante da SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia Senhora **Vilma Reis**, comprometeu-se em ser porta voz da nossa reivindicação no que se refere à garantia de 03 (três) assentos permanente para participação da III CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que acontecerá em Brasília entre os dias 05 e 07 de novembro de 2013.

A comissão dos Delegados do recôncavo deliberou que haverá uma reunião ampliada na primeira quinzena de agosto com todos os delegados eleitos do Território do Recôncavo na cidade do Salvador com a presença do Secretário da Sepromi e do seu corpo técnico para avaliação das reivindicações e propostas específicas.

Departamento de Promoção da Igualdade Étnico Racial –
DEPIR Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social –
SEDES Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde
Bahia –
Brasil
2013